



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA**  
**CAMPUS BALSAS**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**VANESSA SANTOS LIRA**

**A EDUCAÇÃO PARA MULHERES IDOSAS NA EJAI: IMPACTOS, DESAFIOS E  
POSSIBILIDADES**

**BALSAS - MA**

**2025**

**VANESSA SANTOS LIRA**

**A EDUCAÇÃO PARA MULHERES IDOSAS NA EJAI: IMPACTOS, DESAFIOS E  
POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus Balsas, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Bruno Araújo Queiroz

BALSAS – MA

2025

L768e

Lira, Vanessa Santos

A educação para mulheres idosas na EJAI: impactos, desafios e possibilidades. **Vanessa Santos Lira** /. – Balsas, 2025.

52 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) Universidade Estadual do Maranhão – UEMA / Balsas, 2025.

Orientador: Prof. Mestre Marcelo Bruno Araújo Queiroz

1. Mulheres Idosas. 2. EJAI. 3. Etarismo. 4. Desigualdade de Gênero. I. Título.

CDU: 37.018

# A EDUCAÇÃO PARA MULHERES IDOSAS NA EJAI: IMPACTOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Monografia apresentada ao curso de  
Pedagogia da Universidade Estadual do  
Maranhão (UEMA), Campus Balsas, como  
requisito para obtenção do título de  
Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 23 / 06 / 2025

## BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



MARCELO BRUNO ARAÚJO QUEIROZ

Data: 07/07/2025 15:53:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Marcelo Bruno Araújo Queiroz (Orientador)

Doutor em Ensino de Ciências – IFPI

Documento assinado digitalmente



RENNAN ALBERTO DOS SANTOS BARROSO

Data: 08/07/2025 00:13:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Me. Rennan Alberto dos Santos Barroso

Mestre em Educação Inclusiva (UEMA)

---

Prof. Me. Adriano Ferreira da Silva Neto

Mestre em Educação (UEMA)

Documento assinado digitalmente



ADRIANO FERREIRA DA SILVA NETO

Data: 08/07/2025 07:24:50-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus pela força, sabedoria e, principalmente, perseverança para enfrentar os desafios e concluir essa etapa tão importante da minha vida acadêmica. Ele sabe o quão difícil foi conseguir conciliar estudos e vida pessoal. Sua presença foi essencial em cada momento desta trajetória, até mesmo quando eu acreditei que estava sozinha, jamais me desamparou.

Ao meu orientador, Marcelo Bruno Araújo Queiroz, que me guiou no desenvolvimento deste trabalho com paciência e dedicação. Seus conselhos, incentivo, conhecimento e principalmente sua empatia foram fundamentais para que eu pudesse crescer e amadurecer durante essa caminhada. Você acreditou em mim, quando eu mesma duvidava do meu potencial. Gratidão!

Aos meus pais, que mesmo longe, estiveram comigo em cada etapa desta jornada. Seu amor incondicional e apoio me deram forças para continuar, mesmo quando tudo parecia tão incerto. Sem vocês, nada disso seria possível. Agradeço por sempre me incentivarem a alcançar os meus objetivos. E pai, jamais esquecerei dos seus conselhos, dos dias em que o senhor enxugou minhas lágrimas e das vezes que eu falava sobre minha exaustão e da minha vontade de desistir, o senhor respondia “respira fundo minha filha, descanse por hoje e tente novamente amanhã”. Você é o maior exemplo de ser humano que tenho. Mãe, mesmo com suas limitações, você deu seu melhor para cuidar de cada um dos seus filhos. mesmo com as dificuldades, você nos amou e aconselhou. Tenho orgulho das pessoas que são e isso aqui é por vocês.

Dedico um agradecimento especial ao meu irmão mais velho, Carlos, que já não está mais presente fisicamente, mas está comigo a cada passo que dou. Sua memória vive em meu coração, e mesmo com todos os problemas que aconteceram entre nós, tenho orgulho do homem que você foi. Sua presença em minha vida foi marcada por sorrisos, brincadeiras, discussões, conversas até as 3 horas da madrugada, e sua ausência é sentida todos os dias. Que este trabalho possa ser um tributo à sua memória e um reflexo da força e resiliência que você sempre inspirou em mim.

Ao meu namorado, Ilan, pelo carinho e amor incondicional, pelo apoio e confiança em mim. Agradeço a companhia que me fez durante todas as etapas deste trabalho. Você teve paciência e se colocou em meu lugar quando os momentos de

estresse e cansaço me derrubaram. Sua presença foi um alívio e um incentivo constante para que eu seguisse firme até o fim. Amo você.

E por último, mas não menos importante, as minhas amigas que estiveram comigo desde o início dessa jornada e algumas delas, até mesmo antes. Vocês foram luz quando só havia trevas. Vocês me impulsionaram a continuar e graças a isso consegui chegar até o fim. Sou grata pelo apoio emocional e por lidarem comigo mesmo quando eu não me suportava. Passamos noites e noites estudando até a madrugada ou até o sol nascer e foram horas de diálogos enriquecedores ou descontraídos. Vocês me ajudaram a manter a sanidade e me motivaram nos momentos mais difíceis da minha vida. Obrigada por acreditarem em mim quando eu me sentia um fracasso. Em especial, agradeço a minha irmã de outra mãe e colega de quarto, Jéssica, são 14 anos de amizade, você me aturou em todas as fases da minha vida. Esteve ao meu lado nos piores e mais dolorosos momentos, me apoiou e me incentivou. Meu muito obrigada!

E por fim, quero parabenizar a mim mesma por conseguir NÃO me matar e NÃO matar ninguém. Esse trabalho é prova da minha capacidade e para mostrar que eu não sou incompetente como um certo professor, que tive durante o curso, afirmou. Obrigada por não ter desistido, cada uma das lágrimas derramadas valeram a pena no final.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar e analisar as dificuldades, impactos e possibilidades que a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) proporciona para as mulheres idosas, em um contexto social marcado pelo etarismo e pelas desigualdades de gênero. A pesquisa parte da compreensão de que o envelhecimento feminino está frequentemente associado à invisibilidade social, sendo agravado por estereótipos que desvalorizam suas experiências e limitam seu acesso à educação, à autonomia e à cidadania plena. Proporcionar educação para a mulher idosa contribui para a inclusão social, promovendo sua participação ativa na sociedade e desenvolvendo sua autonomia e sua autoestima. Além disso, estudar como o envelhecimento pode afetar o processo de aprendizagem pode fornecer dados importantes para o avanço teórico da educação de adultos e para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, adaptadas às necessidades educacionais das mulheres idosas. Sustentado por um embasamento teórico amplo, que parte de uma pesquisa preliminar bibliográfica, de cunho qualitativo, por meio de artigos, monografias e trabalhos correlatos na área e uma pesquisa de campo, na qual foi entrevistada uma discente da EJA com mais de 60 anos, o presente trabalho tem o objetivo caracterizar como essa modalidade de ensino impacta e condiciona desafios e possibilidades para mulheres idosas. A entrevista evidenciou como as trajetórias de vida dessas mulheres são marcadas por interrupções escolares, trabalho informal, responsabilidades familiares e exclusão social, fatores que dificultaram o acesso e a permanência na escola. Os resultados revelam que, apesar das limitações físicas, cognitivas e estruturais, o retorno à educação representa para essas mulheres um ato de resistência, ressignificação pessoal e reconexão com a sociedade. A entrevistada destacou a busca por conhecimento como um caminho para conquistar autonomia e autoestima, superando preconceitos e reafirmando sua identidade como sujeito ativo. Conclui-se que a EJA deve ser pensada a partir de metodologias inclusivas e sensíveis às especificidades da mulher idosa, valorizando seus saberes, suas vivências e suas potencialidades. Superar o etarismo exige ações educativas, políticas públicas eficazes e uma transformação cultural que reconheça o envelhecimento como uma fase rica em aprendizagens, dignidade e participação social. Vale ressaltar que esse trabalho teve como principal aporte teórico a proposta educacional de Paulo Freire (1968).

**Palavras chaves:** Mulheres idosas; EJA; Etarismo; Desigualdade de gênero.

## ABSTRACT

This study aims to identify and analyze the difficulties, impacts, and possibilities that Youth, Adult, and Elderly Education (EJAI in Portuguese) provides for elderly women, in a social context marked by ageism and gender inequalities. The research is based on the understanding that female aging is often associated with social invisibility, which is aggravated by stereotypes that devalue their experiences and limit their access to education, autonomy, and full citizenship. Providing education for elderly women contributes to social inclusion, promoting their active participation in society and developing their autonomy and self-esteem. Furthermore, studying how aging can affect the learning process can provide important data for the theoretical advancement of adult education and for the development of more effective and inclusive public policies, adapted to the educational needs of elderly women. Supported by a broad theoretical framework, which starts from a preliminary bibliographical research, of a qualitative nature, through articles, monographs and related works in the area and field research, in which an EJAI student over 60 years old was interviewed, this work aims to characterize how this teaching modality impacts and conditions challenges and possibilities for elderly women. The interview highlighted how the life trajectories of these women are marked by school interruptions, informal work, family responsibilities and social exclusion, factors that made it difficult for them to access and remain in school. The results reveal that, despite the physical, cognitive and structural limitations, returning to education represents an act of resistance, personal resignification and reconnection with society for these women. The interviewee highlighted the search for knowledge as a way to achieve autonomy and self-esteem, overcoming prejudices and reaffirming her identity as an active subject. It is concluded that EJAI should be designed based on inclusive methodologies that are sensitive to the specificities of elderly women, valuing their knowledge, experiences and potential. Overcoming ageism requires educational actions, effective public policies and a cultural transformation that recognizes aging as a phase rich in learning, dignity and social participation. It is worth mentioning that this work had as its main theoretical contribution the educational proposal of Paulo Freire (1968).

**Key words:** Elderly women; EJAI; Ageism; Gender inequality.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: CENÁRIOS E FUNDAMENTOS .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Trajetória Histórica e Política da EJA .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Acesso, permanência, desafios e impactos da participação de mulheres idosas na EJA .....</b>	<b>21</b>
<b>2.3 Contribuições de Paulo Freire para EJA .....</b>	<b>29</b>
<b>2.4 O lugar da mulher idosa em tempos de etarismo: como vencer essa barreira? .....</b>	<b>32</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>37</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>38</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente a expectativa de vida da população está aumentando com o avanço do desenvolvimento científico-tecnológico, exigindo novas reflexões sobre o papel da pessoa idosa na sociedade contemporânea. O envelhecimento é frequentemente associado a limitações e incapacidades sendo tratado como um processo negativo e, até mesmo, ofensivo. Surge então a preocupação de garantir os direitos das pessoas idosas, principalmente de mulheres, pois a situação feminina é agravada por um histórico de desigualdades estruturais que atravessam o gênero, a idade e as condições socioeconômicas.

Por muito tempo, as mulheres escutaram que “lugar de mulher era dentro de casa, cuidando de filhos e marido”, que negava seu direito à educação de qualidade, diminuindo suas capacidades e apagando sua participação na sociedade. Nesse sentido, elas foram marginalizadas pelo discurso patriarcal que naturalizava a submissão feminina e até mesmo analfabetismo como um destino inevitável. No que se refere a escolarização, a Constituição Federal de 1988 garante a educação como um direito para todos (Brasil, 1988). Surge então a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) que segundo Lira e Barbosa (2021), “A EJA se constitui como um direito à educação ao longo da vida e na possibilidade de indivíduos excluídos do sistema educacional regular retornarem ao espaço escolar, resultando em uma modalidade marcada pela diversidade”.

No entanto, embora tenha como princípio o direito à educação ao longo da vida, essa modalidade de ensino ainda enfrenta inúmeros problemas, principalmente quando analisada sob a perspectiva de gênero e envelhecimento. Dentro desse cenário, as mulheres idosas ocupam uma posição especialmente vulnerável, marcada por um histórico de desigualdade, exclusão e invisibilidade social. O processo de envelhecimento feminino ocorre em uma sociedade patriarcal e etarista, que valoriza a juventude e marginaliza a velhice, reforçando estereótipos que afetam diretamente a autoestima e a participação social dessas mulheres.

O conceito de etarismo, cunhado por Robert Butler em 1969, evidencia como a discriminação por idade impacta negativamente os indivíduos idosos, especialmente quando associada à desigualdade de gênero. As mulheres idosas, nesse sentido, enfrentam um duplo preconceito: por serem mulheres e por estarem envelhecendo, o

que contribui para sua exclusão de espaços educacionais, profissionais e culturais. Todos esses fatores contribuíram para limitar a participação da mulher no processo de educação, e dessa forma viveram suas vidas até chegarem à velhice em completa ignorância. Com a implantação da EJA, uma pequena parcela de mulheres idosas começou a buscar a escolarização, até mesmo como meio de “recuperar a dignidade” que lhes foi tomada. É nessa lacuna, que surge a problemática desta pesquisa, afinal: Quais as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres idosas para permanecer na sala, no contexto EJA? Quais impactos e possibilidades a educação promovida tem trazido para essas idosas?

A partir dessa realidade, é fundamental refletir sobre o papel da EJA como um espaço de reconstrução de identidades, fortalecimento da cidadania e superação das opressões históricas. Diante disso, o interesse por essa temática surgiu a partir da observação em salas de aula da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), onde se evidenciou a exclusão e invisibilidade dessa modalidade educacional. Apesar de sua importância, a EJA ainda é invisibilizada e pouco valorizada, especialmente no que diz respeito à inclusão de mulheres idosas. Historicamente, essas mulheres foram privadas do direito à educação por razões culturais, econômicas e sociais, e ainda enfrentam barreiras significativas para retornar aos estudos.

Oferecer educação a esse público representa uma forma de promover dignidade, combater o etarismo e a desigualdade de gênero e garantir inclusão social. Assim, destaca-se a necessidade de que educadores desenvolvam metodologias adequadas e que a sociedade reconheça a importância dessa modalidade para transformar realidades historicamente negligenciadas. Para que isso aconteça é necessário a compreensão do que realmente seria a EJA, seus objetivos, seu papel social e os motivos por trás de sua implementação. Além disso, é fundamental averiguar e entender a importância que a educação tem na vida dessas mulheres que estão vivendo uma fase tão delicada, bem como buscar estratégias de ensino que facilitem o ensino e a aprendizagem desses indivíduos.

O trabalho tem como principal objetivo caracterizar como a EJA impacta e condiciona desafios e possibilidades para mulheres idosas. E como objetivos específicos, analisar os obstáculos enfrentados pela mulher idosa no contexto da EJA; compreender a importância da educação na vida da mulher idosa; analisar as estratégias de ensino e aprendizagem no processo educativo de mulheres idosas.

Para isso, os princípios pedagógicos de Paulo Freire oferecem uma base teórica sólida e transformadora, ao defender uma educação dialógica, humanizadora e crítica, que reconhece e valoriza as experiências de vida dos sujeitos. Em síntese, o presente trabalho tem a finalidade de propor uma investigação e suscitar reflexões acerca das dificuldades enfrentadas pelas idosas no contexto educacional e seu papel na sociedade atual.

## **2 EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: CENÁRIOS E FUNDAMENTOS**

### **2.1 Trajetória Histórica e Política da EJA**

A trajetória da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) no Brasil é o reflexo dos desafios e das lutas que tinham como objetivo a inclusão educacional e social e das transformações políticas que aconteceram ao longo das décadas. Inicialmente a EJA tinha como premissa a alfabetização e profissionalização de jovens e adultos a partir da década de 1930, quando o país estava passando por diversas transformações ligadas diretamente ao processo de industrialização e a grande concentração populacional nos centros urbanos. As pessoas estavam deixando a zona rural em busca de melhores condições de vida nas cidades. Porém, essa modalidade educacional tem suas raízes ainda no período colonial, época em que a Companhia de Jesus veio para o Brasil e os Jesuítas passaram a catequizar os povos nativos do país.

Durante a era colonial, os Jesuítas se dedicaram a alfabetização de crianças e adultos, mas a educação era baseada, principalmente, na propagação da religião, ou seja, o intuito era a doutrinação dos povos Indígenas e expandir a cultura europeia. Com a necessidade de trabalhadores que servissem a corte portuguesa, foi introduzido no Brasil o processo de educação destinado aos adultos. Segundo Paiva (1973), em 1854 surgiu a primeira escola destinada a escolarização de jovens e adultos que já atuavam no mercado de trabalho e funcionava no período noturno. Em um período de vinte anos, mais cento e dezesseis escolas foram fundadas. Eram destinadas a escolarização de trabalhadores e até mesmo indígenas, mas funcionavam de acordo com a necessidade.

Foi somente a partir do século XX, precisamente na década de 1930, que a educação para jovens e adultos começou a ganhar destaque em cenário nacional. Com a industrialização e o crescimento populacional nos grandes centros urbanos, surgiu a necessidade de mão de obra especializada. A partir das observações de autores como Ribeiro (1997), Oliveira (2001) e Di Pierro (2005) é possível compreender que, inicialmente, os jovens não eram motivos de preocupações para as ações educativas, já que o objetivo era a alfabetização de adultos. O analfabetismo era visto como um obstáculo para o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico e sociocultural. Sendo assim, somente a partir da década de 30, é possível encontrar no país movimentos de educação com alguma relevância destinados à adultos (Paiva, 2015).

Dessa forma, a Constituição Federal de 1934 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário e gratuito, que se aplica a todos, incluindo os adultos, ao criar o Plano de Educação Nacional que garantia a educação como um direito constitucional. O artigo 150 garantia o “ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos”. Também foram criados cursos para dar continuidade e para aperfeiçoamento profissional após o término da escolarização básica, eles foram extinguidos após Getúlio Vargas, o atual presidente até então, considerá-los como meios para propagar os ideais comunistas.

Em 1947, o governo lança a primeira campanha, em âmbito nacional, de educação para jovens e adultos e tinha o objetivo de combater o analfabetismo e promover a educação básica, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais. A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) tinha como proposta alfabetizar em um período de três meses, além de ofertar um curso primário dividido em duas etapas de sete meses, capacitação profissional e desenvolvimento comunitário (Cunha, 1999). Segundo o Ministério da Educação, Paiva apresenta o objetivo da Campanha:

[...] a educação dos adultos convertera-se num requisito indispensável para “uma melhor organização e reorganização social com sentido democrático e num recurso social da maior importância, para desenvolver entre as populações adultas marginalizadas o sentido de ajustamento social. A campanha significava o combate ao marginalismo, conforme os pronunciamentos de Lourenço Filho: “devemos educar os adultos, antes de tudo, para que esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los para que cada homem ou mulher melhor possa ajustar-se à vida social e às preocupações de bem-estar e progresso social. E devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrerá para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais

eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral” (Paiva 2015, p. 207).

Vale ressaltar que CEAA só foi efetivada após a autorização da instalação do Serviço de Educação de Adultos (SEA), um programa especial que objetiva a coordenação e orientação do ensino supletivo para adultos analfabetos.

Ainda na década de 1947, foi realizado o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, que tinha como finalidade a discussão de estratégias para combater o analfabetismo e promover a inclusão da educação para todos. O lema do Congresso era “Ser brasileiro é ser alfabetizado”, o que reflete a necessidade de incluir a educação como parte integral do desenvolvimento social do país, pois, segundo Paiva (2015, p. 215), muitos defendem que a alfabetização é o exercício da cidadania.

Diante dos resultados obtidos pela Campanha brasileira, que foram apresentados na III Conferência Geral da Unesco, em 1949 aconteceu, no Brasil, o IV Seminário Interamericano de alfabetização e Educação de adultos patrocinado pela Unesco, pela Organização dos Estados Unidos. O seminário tinha o objetivo de,

[...] discutir experiências educativas pautadas no Desenvolvimento de Comunidade, Educação Fundamental e Educação de Base. Dessa forma, pretendia-se chegar a conclusões para adoção de um sistema de trabalho no Brasil, compatível com as ideias internacionais em relação à América Latina (Paiva, 1987, p. 194-197 apud Barreiro, 2010, p. 31).

O evento reuniu especialistas e educadores de diversos países latino-americanos que estavam relacionados com a educação de adultos e tinham por finalidade a troca de experiências, discutir estratégias de alfabetização para que pudessem erradicar o analfabetismo, ou pelo menos traçar meios para diminuí-lo. A partir das bases educacionais adotadas e que se adaptasse a realidade de cada país, foi elaborado o Manual de Educação de Adultos. O Manual consolidava as discussões que foram realizadas e as propostas apresentadas durante o evento, e objetivava orientar os especialistas da educação e gestores na elaboração de programas de alfabetização de adultos e ressaltando metodologias inovadoras e adaptadas as necessidades de cada país.

Segundo Paiva (2015), no decorrer desse período foram criadas duas campanhas com o objetivo de combater o analfabetismo das pessoas adultas, sendo elas: Campanha Nacional de Educação Rural em 1952; Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958. O propósito da Campanha Nacional de

Educação Rural (CNER) era reduzir a taxa de analfabetismo e promover o desenvolvimento social do âmbito rural, além de acelerar o processo de evolução do homem do campo através de ações que iam além da alfabetização, com metodologias adaptadas as necessidades e a realidade da comunidade rural. Ainda segundo a autora, a CNER estava, inicialmente, ligada diretamente a CEAA, atuou até 1963, e foi considerada um marco para a educação da zona rural.

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo foi lançada durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek e fazia parte de um esforço nacional para combater o analfabetismo no Brasil. Na época, uma grande parte da população não participava ativamente da vida social, econômica e, principalmente, política do país, já que eram limitados pela falta escolarização. O índice maior de analfabetismo se concentrava nas áreas rurais e regiões menos desenvolvidas do país. De acordo Paiva (1987, p. 213), a campanha foi iniciada justamente no momento em que o país começava uma nova etapa da educação de adultos e diante da constatação da ineficácia das iniciativas anteriores, educadores uniram esforços na tentativa de encontrar novas soluções para enfrentar o desafio do analfabetismo.

As abordagens tradicionais de alfabetização não eram suficientes para atender as demandas existentes, por causa disso, era de suma importância reavaliar as metodologias de ensino. A campanha sofreu com diversas dificuldades até sua extinção em 1963. Ainda segundo a autora afirma que o declínio dessas campanhas de educação alcançou o auge ainda em 1958. No mesmo ano, foi realizado o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, o que consolidou debates sobre a alfabetização e a inclusão social, além buscar meios para solucionar os problemas que tornavam as metodologias de ensino ineficazes. O congresso reuniu representantes de diversos estados do país, e entre esses grupos, o destaque maior foi a delegação de Pernambuco, liderado por Paulo Freire, que trouxeram contribuições significativas ao relacionar o analfabetismo com a desigualdade social.

Segundo Gadotti (2000), Freire foi o protagonista do evento, juntamente com o grupo pernambucano, ao apresentar experiências baseadas no que tinha vivido acerca da educação de jovens e adultos. A autora enfatiza que Paulo Freire apresentou um relatório com críticas contundentes à precariedade da infraestrutura escolar, à insuficiência dos materiais didáticos e à formação dos professores, além disso, trazia propostas de soluções para os desafios mais urgentes, com a perspectiva de estabelecer um movimento educacional voltado para o desenvolvimento. Na

década de 1960, o pensamento de Freire começou a ganhar força através de sua abordagem inovadora para a alfabetização.

Três anos depois, Freire utilizou um método de ensino que fugiu das abordagens tradicionais de alfabetização, em 1963, no povoado de Angicos, no Rio Grande do Norte, conseguiu alfabetizar 300 trabalhadores rurais em apenas 40 horas. Sua abordagem consistia em ensinar mais do que apenas a leitura e a escrita mecânica, ele propôs um processo de aprendizado baseado no diálogo e na reflexão crítica sobre a realidade dos alunos e retirava palavras baseadas no cotidiano dos trabalhadores, o que tornava o processo de alfabetização significativo e se conectava à vida de cada um deles. Sua proposta de ensino passou a ser conhecida em todo o Brasil e foi inspiração para diversas campanhas de alfabetização de jovens e adultos.

A partir dessas experiências significativas, Paulo Freire foi encarregado do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), que consolidava sua metodologia, porém, com o golpe militar de 1964, o projeto e outros movimentos de educação foram abolidas, pois o governo considerava o pensamento freiriano perigoso e poderia influenciar revoltas entre os grupos mais desfavorecidos da sociedade. O PNAA foi substituído pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que possuía uma abordagem pragmática, com objetivo de ensinar a população somente o mínimo de leitura e escrita, focando na alfabetização mecânica, sem estímulo ao pensamento crítico.

O MOBRAL não evidenciava preocupação com a formação integral dos indivíduos, tratando a educação como um investimento voltado à qualificação da mão de obra para impulsionar o crescimento econômico, sem questionar a realidade existencial dos alunos, que tinham entre 15 e 35 anos. De acordo com alguns autores como Di Pierro, Joia e Ribeiro (2021) acreditavam que o movimento passou a ser visto como instrumento de controle político da população e objetivava centralizar as diretrizes educacionais, supervisionar a pedagogia aplicada e coordenar a produção de materiais didáticos, reforçando uma estratégia estatal de gestão da alfabetização. Moura e Serra (2014, p. 07) corroboram com o que foi dito anteriormente ao ressaltar que:

O trabalho pedagógico no MOBRAL, não tinha um caráter crítico e problematizador, sua orientação, supervisão e produção de materiais, era todo centralizado. Assim, este programa criou analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome, e que não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem.

O investimento no movimento era alto, em consequência disso, acabou se tornando um dos programas de alfabetização de adultos mais caros da história do país. Sacconi (2010) afirma que o movimento foi “um dos maiores fracassos educacionais da história do Brasil”. O programa foi extinto, junto com fim da ditadura militar, pelo presidente José Sarney, em 1985 e em seus 15 anos de vigência conseguiu reduzir a taxa de analfabetismo em apenas 2,7%. Paiva (2003) acredita que o MOBREAL não deu certo porque o programa foi imposto, sem a participação real dos educadores em sua concepção, enfrentava limitações como a falta de material adequado e as baixas remunerações dos professores. A autora também concordava com o fato de que o movimento servia como ferramenta de reforço para o autoritarismo do regime militar, afastando-se de uma abordagem educacional verdadeiramente transformadora.

Após a extinção do MOBREAL, foi criada em 1985 a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR), com a finalidade de, segundo Zunti (2000), “promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não-formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos prematuramente”. A Fundação Educar havia herdado muitas concepções e práticas político-pedagógicas do movimento anterior, porém, o seu grande diferencial foi a implementação de programas educacionais de maneira regionalizada e participativa. Sua abordagem permitia uma adaptação mais eficiente às necessidades locais, promovendo uma educação contextualizada e eficaz.

Com a posse do presidente Fernando Collor, em 1990, a Fundação foi encerrada, o que marcou o fim de um ciclo fundamental de políticas voltadas à alfabetização de adultos e perdeu sua prioridade dentro das ações governamentais após a promulgação da Constituição de 1988, que garantia o direito ao voto a pessoas analfabetas. A Constituição Federal de 1988 foi um divisor de águas no que se refere à educação de adultos, estabelecendo diretrizes fundamentais para a EJA. A partir desse momento, foram implantadas as políticas educacionais mais significativas voltadas para essa modalidade de ensino, garantindo, no Título dos Direitos Individuais e Coletivos, o direito à educação para todos os cidadãos brasileiros. O artigo 208 da Constituição ressalta:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

A década de 1990 foi um período marcado por importantes mudanças para a Educação de Jovens e Adultos no país. Após a promulgação da Constituição, foi iniciado um esforço para estruturar políticas que garantissem a escolarização de jovens e adultos, embora a alfabetização tenha perdido a precedência no cenário político. Em 1996 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, popularmente chamada de LDB e consolidou a EJA como parte essencial da educação básica e como dever do Estado ofertar o ensino fundamental e médio para aqueles que não tiveram acesso. No que se refere a Educação de Jovens e Adultos, a LDB faz referência nos termos a seguir:

Art. 4o. – Inciso 1 – Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria.

Art. 5o. – O acesso ao Ensino Fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§1o. Compete aos estados e aos municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I – Recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso. (LDBEN 9.394/96, Tít. III)

Já nos anos 2000, foi aprovado o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e utiliza os seguintes termos para caracterizar a EJA: reparadora, equalizadora e qualificadora. Essa modalidade de ensino tem o objetivo de corrigir a exclusão no âmbito educacional que tem raízes desde o início da escolarização no Brasil e de tentar reduzir as desigualdades ao proporcionar educação aos diferentes grupos sociais, permitindo que os alunos tenham as mesmas oportunidades daqueles que estudam ou estudaram no ensino regular. Além do mais, a EJA vai além da alfabetização, ela prepara os alunos para o mercado de trabalho e para o exercício de seus direitos como parte ativa da sociedade. Dessa forma, o documento define princípios e orientações para a EJA dentro do sistema educacional e reconhece que:

[...] a Educação de Jovens e adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para

uma presença significativa na convivência social contemporânea. (Parecer CEB 11/2000. In: SOARES, 2002, p.32).

No ano de 2003 foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado pelo Governo Federal com o objetivo de alfabetizar jovens a partir de 15 anos e foi desenvolvido para todo o território nacional. O programa funciona mediante parceria entre o governo federal, estado e município e uma de suas principais características é a formação de educadores voluntários para alfabetizar e um dos desafios do programa é justamente a formação dos alfabetizadores, já que, segundo Santos (2014), exige metodologias específicas para atender a demanda desse público. Além disso, o PBA disponibiliza materiais didático que são desenvolvidos de acordo com as diretrizes nacionais de alfabetização, oferece suporte técnico-pedagógico, e sua finalidade era erradicar o analfabetismo do Brasil de acordo com o primeiro artigo de seu decreto.

De acordo com Henriques (2006) a implementação do PBA resultou em melhorias significativas na mobilização da população com baixa escolaridade e na adesão das redes públicas estaduais e municipais ao programa. Porém, apesar dos esforços, os resultados obtidos na redução do analfabetismo não foram suficientes para atingir os objetivos centrais da iniciativa. O programa segue em vigor até os dias atuais já que em 2024 o PBA foi retomado como parte do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na EJA.

Já no ano de 2005, foi criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Projovem, com o objetivo de atender jovens entre 18 à 29 anos, de reinseri-los no processo de escolarização, já que por algum motivo foram excluídos, além de possibilitar a qualificação profissional desses indivíduos. O programa passou por uma reformulação e atualmente possui três modalidades que se adapta de acordo com as necessidades de diferentes grupos, sendo elas: Projovem Urbano que é voltado para jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental; Projovem Campo – Saberes da Terra que se destina a indivíduos da zona rural e se adapta a realidade vivida por eles no campo; Projovem Trabalhador que tem finalidade a qualificação profissional após o término da escolarização básica.

Ainda no ano de 2005, o Governo Federal lançou mais um programa educacional com o objetivo de democratizar o ensino para jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de frequentar o ambiente escolar, além de proporcionar capacitação profissional. Através do Decreto nº 5.478/2005, foi instituído o Programa

de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) com a finalidade de ofertar o ensino médio em conjunto com a formação técnica, possibilitando a introdução dos alunos no mercado de trabalho. No ano seguinte, o programa foi reformulado e ampliando pelo Decreto nº 5.840/2006 e partir dessa reforma o PROEJA passou a atender não somente o ensino médio, mas toda a educação básica, incluindo o ensino fundamental, como é afirmado que:

Trouxe diversas mudanças para o programa, entre elas a ampliação da abrangência, no que concerne ao nível de ensino, pela inclusão do ensino fundamental, e, em relação à origem das instituições que podem ser proponentes, pela admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, passando a denominação para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. (BRASIL, 2007, p. 12)

A partir do novo decreto, houve a mudança no nome, mas a sigla permaneceu, e dentro dessa nova perspectiva o programa possui o intuito de possibilitar que jovens, adultos e até mesmo idosos, que sofreram com a exclusão na educação, recuperem a trajetória da educação, continuar de onde pararam ou até mesmo recomeçar do zero de forma qualificada e significativa. O Proeja leva em consideração as experiências de vida dos indivíduos e suas realidades. Porém, apesar de suas contribuições significativas para o processo de aprendizagem de jovens e adultos, o programa enfrenta diversas dificuldades, e entre elas está a evasão escolar e um dos motivos que levam esses indivíduos a desistirem novamente do processo de educação é a dificuldade de conciliar a vida pessoal e a falta de infraestrutura adequada etc.

Ao longo dos anos é indiscutível a necessidade de implementar programas educacionais que se adapte as necessidades dos diferentes grupos sociais e nesse sentido, a EJAI desempenha um papel fundamental na democratização do ensino no Brasil, garantindo acesso à educação a todos aqueles não tiveram oportunidades na idade adequada. Apesar dos diversos problemas ou motivações que levaram os diferentes governos a elaborarem projetos voltados para a alfabetização da população, é incontestável o fato de que desde as primeiras iniciativas que tinham como foco jovens e adultos, a trajetória da EJAI reflete a luta e o compromisso com a inclusão e a valorização do direito ao acesso à educação.

Atualmente, ainda existem alguns programas, que ao longo do tempo foram reformados ou substituídos para melhor atender as necessidades dos indivíduos, e

representam a continuidade da luta pela alfabetização e capacitação profissional, sendo eles: O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que foi retomado em 2024 como parte do Pacto Nacional de Superação do Analfabetismo e Qualificação de Jovens e Adultos (Pacto EJA), uma iniciativa do MEC para ampliar e democratizar o ensino de jovens, adultos e idosos; outro programa é o Pacto EJA, mencionado anteriormente, que busca superar o analfabetismo, promover o avanço da escolaridade, ampliar a disponibilização de vagas para a EJA e disponibilizar a formação profissional integrada a essa modalidade de ensino; o Projovem que disponibilizam o ensino fundamental a jovens que não conseguiram finalizá-lo; o Proeja que possui o objetivo oferecer oportunidades de conclusão do ensino médio junto com uma formação técnica para o mercado de trabalho.

Apesar dos movimentos voltados para a educação de jovens, adultos e idosos, a EJA ainda enfrenta diversas dificuldades, como a evasão escolar, falta de infraestrutura adequada etc. Apesar disso, é notável que essa modalidade de educação teve avanços significativos ao longo das décadas e evidencia a educação como uma poderosa ferramenta de transformação social. É necessário que ocorra sempre o fortalecimento das políticas públicas, adaptadas as necessidades individuais e coletivas dos diferentes grupos sociais para garantir uma formação digna e oportunidades reais de desenvolvimento pessoal e profissional.

## **2.2 Acesso, permanência, desafios e impactos da participação de mulheres idosas na EJA**

É de conhecimento geral que a educação é um direito de toda a população, independente de origem, raça ou classe social, além de ser obrigatório. Porém, diversos fatores contribuíram para dificultar ou impedir o acesso de inúmeras pessoas à rede de ensino educacional na idade correta, dessa forma seu direito de aprender a ler e escrever lhes foi negado. Para promover a igualdade de oportunidades e a capacitação dessas pessoas foi criado a modalidade de educação básica, EJA (Educação de Jovens, Adultos e Idosos), oficialmente conhecida somente por EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A EJA é uma modalidade de educação básica que tem como principal objetivo a democratização do ensino e se destina a escolarização de jovens, adultos e até

mesmo idosos, é uma oportunidade para todos aqueles que não puderam concluir seus estudos no ensino regular. Essa modalidade de ensino sofreu grande influência de Paulo de Freire, um dos maiores nomes da educação brasileira. Ele acreditava que a educação deveria conciliar com a formação plena do ser humano, que seria a preparação para a vida, para formar valores e seriam vinculados a uma política pedagógica emancipatória, base essencial para transformar a sociedade em um ambiente mais justo e igualitário, como bem cita a seguir:

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (Freire, 2002, p.193)

A EJA representa uma poderosa ferramenta de inclusão educacional, oferecendo uma segunda chance a indivíduos que não puderam concluir seus estudos na idade apropriada. Por meio dela, é possível promover não apenas a alfabetização, mas também a transformação social e o fortalecimento da cidadania. A EJA (Educação de Jovens e Adultos) foi implantada no Brasil em 1996, com a ratificação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, popularmente conhecida como LDB, nº 9.394/1996. O artigo 37 relata que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (Brasil, 1996). A partir de então a Educação de Jovens e Adultos passou a ser reconhecida oficialmente como uma modalidade de ensino.

Com o avanço das tecnologias e da medicina, nas últimas décadas a população brasileira passou por um envelhecimento, ou seja, a expectativa de vida aumentou de forma exponencial. Mas isso não é suficiente para garantir a tranquilidade e bem-estar na terceira idade.

Chegar à velhice, que antes era privilégio de poucos, hoje passa a ser norma mesmo nos países mais pobres. Esta conquista maior do século XX se transformou, no entanto, no grande desafio para o século atual. O envelhecimento da população não basta por si só. Viver mais é importante desde que se consiga agregar qualidade aos anos adicionais de vida. Este fenômeno, do alongamento do tempo de vida, ocorreu inicialmente em países desenvolvidos, porém, mais recentemente, é nos países em desenvolvimento que o envelhecimento da população tem ocorrido de forma mais acentuada (Veras e Oliveira, 2018, p.1930).

Para preservar a integridade desses indivíduos que chegaram à terceira idade, que antes eram vistos como “inúteis” e desprezados por grande parte da sociedade e do próprio governo, foram criadas políticas públicas que objetivam assegurar os

direitos das pessoas idosas. Entre elas podemos citar a Constituição Brasileira (1988), Política Nacional do Idoso e em 2003 foi sancionada a Lei nº 10.741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso. De acordo com Mendes (2023, p. 24) o Estatuto do Idoso “busca preservar a saúde física, mental, moral, intelectual, espiritual e social, com o objetivo de amparar as necessidades comuns a essa fase da vida.” O Estatuto do Idoso também garante o acesso à educação, apesar de não ter um programa educacional com metodologias próprias que contemplem somente esse público.

A partir daí a EJA surge para suprir a ausência de políticas educacionais direcionadas exclusivamente para idosos. “A EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos, que muito têm a ensinar para as novas gerações” (Brasil, 2000, p. 10). Apesar dos avanços, os idosos ainda são vistos por muitos com desprezo e preconceitos. A sociedade os vê como “peso morto”, principalmente pelos mais jovens, muitos usam a idade de um indivíduo de forma pejorativa, assim como enfatiza Beauvoir (1990, p. 353) “toda uma tradição carregou essa palavra [velho] de um sentido pejorativo – ela soa como um insulto. Assim, quando ouvimos nos chamarem de velhos, muitas vezes reagimos com cólera.” De fato, as pessoas tomam o termo de forma ofensiva, acreditam que o simples fato de envelhecer é motivo de “vergonha” ou até mesmo de “inutilidade”.

Entre a população idosa existem aqueles que sofrem mais frequentemente com os preconceitos relacionados à idade, com exclusão social, direitos desiguais, ausência de escolarização: as mulheres.

As desigualdades de gênero sempre fizeram parte do cotidiano brasileiro. Nos primeiros séculos da colonização – especialmente no período predominantemente agrário e rural – as mulheres não tinham acesso à escola, ao mercado de trabalho formal, sofriam com a mortalidade infantil e materna e não possuíam uma série de direitos civis e políticos. (Alves, 2009, p.1)

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos é uma oportunidade fundamental para grupos historicamente marginalizados, como é o caso das mulheres idosas, nesse sentido, a participação delas no âmbito educacional simboliza um processo de resgate histórico, de transformação social e de ressignificação de suas trajetórias, além de representar um ato de resistência, e nesse sentido, Paulo Freire (1996) acreditava que a educação, enquanto instrumento de intervenção, deve atuar tanto na busca por profundas mudanças nas relações humanas e econômicas quanto na resistência às estruturas injustas, promovendo transformações concretas na sociedade.

Ao longo da história, é evidente que o acesso das mulheres a educação sempre foi bastante limitado por normas sociais que estava diretamente ligado ao patriarcado que as associavam ao espaço doméstico. Desde o nascimento as mulheres são oprimidas e sofrem com uma sociedade patriarcal, onde o machismo persiste até os dias atuais, o que limitava seu papel ao matrimônio e à maternidade. Devido a essas questões, o “lugar da mulher”, por muito tempo, foi sua casa e seu único trabalho era viver em função do marido, dos filhos e executar os afazeres domésticos.

Até boa parte do século XX, as mulheres passaram por sérias dificuldades para terem acesso às escolas, muitas foram obrigadas a conviver com homens, inclusive o próprio pai, que acreditavam que estudar não era coisa de mulher, além das dificuldades financeiras que as obrigaram a trabalhar desde cedo para auxiliar nas despesas de casa. Outra questão que tornou o estudo inviável, era a falta de políticas públicas que tornasse a escola mais acessível, nesse sentido, em muitas regiões, principalmente na zona rural, as escolas eram escassas ou de difícil acesso, o que tornava a educação um privilégio restrito a uma pequena parte da população.

De acordo com o contexto histórico, a escolarização feminina nem sempre era valorizada e nunca foi prioridade, o que resultou em gerações de mulheres analfabetas, que foram privadas da educação formal. Além de todos os motivos citados anteriormente, outro fator que contribuiu para a evasão de diversas mulheres foi o casamento precoce. Logo após casar-se, era natural o abandono da escola, já que de acordo com a sociedade da época, a expectativa era que se dedicassem em tempo integral ao lar e a família.

Todos esses fatores contribuíram para que as mulheres chegassem à idade adulta sem conseguir concluir a educação básica. A falta de estudo gerou a exclusão social dessas mulheres, reforçando preconceitos e limitando sua compreensão do mundo. No entanto, com o passar do tempo, despertou nelas o desejo de retornar à escola. Agora, na terceira idade, elas vivem uma nova realidade, em que assumem o controle de suas próprias vidas, antes determinadas pelos maridos, filhos e pela obrigação de manter o lar em ordem, conforme as expectativas sociais impostas às mulheres. Até porque o matrimônio e a maternidade é o destino natural que está atrelado a vida das mulheres, ou seja, “qualquer atividade profissional será considerada como um desvio dessas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas” (Louro, 2003, p. 96).

Ingressar na EJA representa o primeiro passo fundamental na luta por justiça e igualdade social. Retornar aos estudos na terceira idade é algo que necessita coragem e boa vontade, já que, além das dificuldades em suas vidas pessoais, muitas ainda precisam lidar com a vergonha de ir à escola em uma fase tão tardia e de estar em uma sala de aula cheia de pessoas mais jovens, na maioria das vezes o medo do julgamento pode gerar sentimentos de humilhação e dúvidas sobre a própria capacidade de aprender por causa da idade avançada. Além disso, precisam lidar com o peso da idade, o que pode dificultar também seu acesso e permanência na sala de aula. Com o passar do tempo seus corpos começam a enfraquecer e surgem os problemas de saúde e a falta de infraestrutura adequada e adaptada às suas necessidades agrava ainda mais a situação.

Mesmo diante de tantas dificuldades, as idosas estão retornando à sala de aula para preencher o que nelas foram tirados a há muito tempo, que é o direito de aprender a ler e escrever e compreender o mundo sob uma perspectiva diferente. Muitas dessas idosas sentem enorme satisfação e realização ao retornar à sala de aula, além disso, voltar a estudar está diretamente ligado ao desejo de se sentir útil; seguindo essa linha de pensamento, Paiva (2005, p. 21) enfatiza que "alguns explicam o retorno à atividade produtiva como uma necessidade de sentir-se útil, isto é, ocupar o tempo livre ou ainda, para manter um papel social de valor".

Elas estão determinadas a mudar a realidade na qual estão refém de suas limitações no que se refere a escolarização, partindo da ideia de que para estudar não existe limite de idade, então a alfabetização pode contribuir para transformar suas realidades. Freire (2019, p. 38) acreditava que "a alfabetização, como a educação em geral, não é a força motriz da mudança histórica. Ela não é apenas meio de libertação, mas instrumento essencial para todas as mudanças sociais".

Apesar do desejo de retornar à sala de aula, o acesso ao ensino dessas idosas ainda enfrenta diversas dificuldades que devem ser superadas. Elas acreditam que já passaram da idade ideal para estudar e hesitam diante do preconceito que podem vir a sofrer da sociedade. Para que as idosos consigam retomar os estudos e permanecer em sala de aula, é imprescindível considerar diversos fatores. É necessário que o ambiente escolar ofereça um espaço que seja acolhedor e respeitoso, já que a fase que essas mulheres estão vivendo é cheia de fragilidades físicas, psicológicas e emocionais.

Elas trazem consigo, uma “bagagem”, o peso de uma vida inteira, e a escola deve levar isso em consideração ao planejar metodologias de ensino para esse grupo específico. Soares (2010, p. 75) enfatiza justamente isso, o respeito as experiências de vida de pessoas que estão vivendo a terceira idade, ao afirmar que “A educação para idosos deve ser centrada no respeito à sua experiência de vida, buscando em cada um de seus saberes uma forma de enriquecimento do processo educacional, sem perder de vista a função emancipadora da educação”.

Corroborando com Soares, Freire (1996) enfatiza que as experiências de vida dos alunos devem ser refletidas no âmbito escolar, “os saberes dos estudantes devem ser conectados aos saberes da disciplina”. Para que isso aconteça, é necessário que o professor conheça a realidade das idosas presentes na sala de aula, e dessa forma possibilitará o diálogo entre a disciplina e as necessidades e desejos delas.

Além das metodologias adaptadas a suas realidades, os professores e até mesmo os colegas de sala precisam respeitar essas mulheres que estão cheias de cicatrizes de uma vida, que em diversos momentos, foi dolorosa e gerou nelas traumas profundamente enraizados. Muitos desses traumas podem estar relacionados com uma educação mais severa e preconceitos sofridos, em suas juventudes, por causa de gênero ou classe social, além de lidarem com o peso do abandono escolar ocasionado pelo matrimônio precoce e a necessidade de cuidar da família ou até mesmo trabalhar para auxiliar financeiramente no âmbito doméstico, gerando frustrações e a sensação de insuficiência.

Em complemento a tudo isso, muitas mulheres sofriam com a violência doméstica desde a infância, sendo vítimas dos abusos de seus pais, e posteriormente, de seus maridos, perpetuando um ciclo de sofrimento e opressão que tiveram de suportar. Alves (2019) enfatiza que:

Para algumas dessas mulheres, a violência física e psicológica era uma realidade constante, alimentando o medo de seus companheiros, que exerciam controle sobre elas e as confinavam em casa, privando-as de socialização, emprego e educação. (Alves, 2019)

Dessa forma, é crucial o apoio emocional das pessoas com quem estão convivendo, o incentivo diário cessará, aos poucos, qualquer hesitação de permanecer em sala de aula e dará a elas a segurança necessária para enfrentar esse desafio e o reconhecimento de seu valor, contribuindo até mesmo para superar os traumas que foram gerados ao longo de suas trajetórias de vida.

O professor é um dos principais fatores que pode contribuir para a permanência da mulher idosa na instituição de ensino, ele é essencial para mediar esse processo de escolarização em uma etapa tão delicada de suas vidas. O docente precisa adaptar suas metodologias de ensino para atender esse público, valorizando suas experiências de vida, e criar um ambiente propício para o aprendizado. Não é uma tarefa fácil para o professor, que também enfrenta diversas dificuldades para lecionar na EJA, é necessário que haja amor pela educação e ter a certeza de que através dela é possível transformar a realidade dessas idosas que já passaram por tanto sofrimento ao longo da vida. Já dizia Paulo Freire (2001), “Educar é um ato de amor, é um ato de coragem. Não pode haver educação sem amor, sem coragem e sem a consciência de que a educação deve ser um meio de transformação da realidade”.

É necessário que o docente crie estratégias que respeitem o ritmo individual das alunas ao mesmo tempo que incentive a participação ativa delas. Para que dessa forma, se tornem protagonistas do próprio processo de aprendizagem, a pedagogia do professor precisa provocar os discentes a se assumirem como agentes nesse processo de construção de conhecimento, além do mais, fazer despertar nelas a noção de que a educação pode transformar suas realidades, e para isso é essencial o despertar da consciência crítica. Quando a educação é de qualidade e humanizadora, ela tem a importante função de libertar e tornar o pensamento mais crítico e reflexivo, é uma importante ferramenta que possibilita novas experiências, além de promover a participação efetiva na sociedade e a liberdade para assumir o controle de suas próprias vidas.

A educação também gera qualidade de vida, auxilia na prevenção das perdas das habilidades cognitivas e intelectuais, tornando o cérebro saudável e ativo por mais tempo. Antunes e Almeida (2019, p. 85-86) afirmam que,

A educação constitui um instrumento poderoso de capacitação e empoderamento, na medida em que proporciona instrumentos e conhecimentos que ajudam os indivíduos a fazerem opções compatíveis e orientadas para um processo de envelhecimento com sucesso. A educação enquanto um fator determinante do envelhecimento bem-sucedido, é, nos nossos dias, consensualmente, aceite por muitos autores (...) que revelam que a intervenção socioeducativa com idosos proporciona benefícios, nomeadamente, ao nível do funcionamento cognitivo e físico e da manutenção da participação social, traduzindo-se num aumento de bem-estar e qualidade de vida.

Alguns estudos foram realizados nas pessoas idosas e o resultado demonstrou que atividades, como a leitura, ajudam esses indivíduos a manterem suas funções

cognitivas, proporcionando benefícios tanto para a saúde mental quanto para a participação ativa na sociedade, o que contribui para a melhoria da qualidade de vida em uma fase tão delicada que é a velhice (Stine-Morrow&Morrow, 2003, p. 735). Além da melhora na qualidade de vida, o retorno ao ambiente escolar pode possibilitar independência e contribuir para melhorar a autoestima, que normalmente é baixa.

A educação age como resgate da dignidade humana e principalmente feminina, que o ensino é uma ferramenta que ampliar as oportunidades e pode desafiar os estereótipos sobre o envelhecimento, principalmente de mulheres, e capacidade intelectual. A escolarização nessa etapa é um instrumento de transformação não apenas social como também pessoal, ou seja, as idosas são empoderadas através da educação e acabam se tornando inspiração e incentivo para outros que desejam retomar os estudos ou para aqueles que estão desmotivados a continuar, independente de idade.

As mulheres idosas precisam ser ouvidas, principalmente no âmbito educacional, necessitam ser acolhidas, sobretudo porque o retorno aos estudos também é motivo de preconceitos e desrespeitos, muitos acreditam que é perda de tempo, já que estão na “fase final” da vida, ou seja, não há mais tempo para aprender, concluir o ensino básico ou fazer uma faculdade. Dessa forma, a EJA tem a obrigação de oferecer educação de qualidade que promova a equidade de gênero e desconstrua esses preconceitos velados relacionados a idade, pois existe um dito popular que afirma que “nunca é tarde para aprender”. O aprendizado não tem limite de idade ou prazo de validade, já que até mesmo o próprio professor é um eterno aprendiz.

Urge a necessidade de adaptar currículos para melhorar o ensino e aprendizagem desse público, levando em consideração suas particularidades e a realidade dessas mulheres, que passaram por tantas dificuldades até conseguirem retornar às salas de aula. Para trabalhar com idosas, que possuem diversos saberes adquiridos através das experiências vividas, é necessário promover atividades que reflitam suas concepções de mundo, dessa forma possibilitando também debates e trocas de saberes intergeracionais.

Por fim, a educação é um direito de todos, incluindo idosos, porém, ainda serão necessárias enfrentar diversos obstáculos até quebrar todos esses paradigmas e preconceitos que estão profundamente enraizados na sociedade, mas com esforço, dedicação e principalmente, utilizando a educação libertadora como principal ferramenta nessa luta, a transformação social não será impossível. Portanto,

promover o acesso e a permanência das mulheres idosas na EJA não é apenas uma questão de justiça social, mas uma estratégia fundamental para a reconstrução de trajetórias marcadas pela exclusão. A educação, nesse sentido, torna-se o fio condutor de um novo ciclo de empoderamento e dignidade.

### **2.3 Contribuições de Paulo Freire para EJA**

Paulo Reglus Neves Freire (1921 – 1997) foi um dos mais importantes teóricos da educação brasileira, seus métodos e ideias revolucionaram as práticas pedagógicas. Seu legado marcou a história da educação, ultrapassando as fronteiras do Brasil e permanece até os dias atuais como um farol para guiar educadores e, até mesmo, ativistas que idealizam uma sociedade justa, onde todos tenham a oportunidade de se tornarem protagonistas de suas próprias vidas.

Freire demonstrou interesse pela educação popular ainda na sua juventude, principalmente em contexto de desigualdade social. Sua proposta pedagógica baseia-se na rejeição do modelo tradicional de ensino, que consistia apenas na transmissão de conhecimento e os alunos meros receptores passivos, chamado por ele de educação bancária. Segundo o autor (1970), esse método de alfabetização cria um ambiente de submissão, inibindo a construção do pensamento crítico. A partir disso, ele introduziu conceitos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem de jovens, adultos e idosos, valorizando o diálogo, a reflexão crítica e promovendo uma abordagem que incentiva a participação ativa do sujeito na construção do conhecimento.

Paulo Freire propõe uma educação dialógica, na qual o conhecimento é construído coletivamente por meio do diálogo, sempre considerando e respeitando as trajetórias individuais dos alunos. Essa metodologia é essencial para a EJA, os sujeitos dessa modalidade de ensino possuem experiências diversas que precisam ser levadas em consideração. Freire acreditava que os saberes adquiridos ao longo da vida devem estar relacionados com o processo de aprendizagem escolar, os conhecimentos são pontos de partida para a formação de novas ideias e habilidades. A experiência dos alunos ajuda a expandir a compreensão do mundo e a desenvolver perspectivas mais amplas, o que pode enriquecer a trajetória educativa.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra. [...] Nesse sentido, ao alfabetizar uma pessoa, você a torna capaz de compreender e, ao mesmo tempo, transformar sua realidade. A leitura é um ato de liberdade e de transformação, que envolve não apenas as palavras, mas as experiências de vida de cada um (Freire, 1994, p. 78).

Nessa perspectiva, a alfabetização não corresponde apenas na habilidade de ler e escrever, mas também na capacidade de compreender, questionar e transformar a realidade. Esse é um importante princípio para trabalhar dentro da EJA, uma vez que proporciona aos estudantes, de diferentes idades, encontrarem sentido no seu processo de aprendizagem e a partir disso reconhecer suas próprias vivências, compreender estruturas sociais e, dessa forma, poderão utilizar a educação como ferramenta de libertação e transformação social.

Os pensamentos de Freire a respeito da educação são perceptíveis no conceito de aprendizagem significativa que Kenski (2012) defende. Ela argumenta sobre a necessidade de relacionar os conteúdos estudados em sala de aula com a realidade dos alunos. Nesse sentido, é essencial que a EJA ofereça métodos de alfabetização que respeite a identidade dos discentes e que dialogue com suas experiências, principalmente no que se refere a idosos.

As contribuições de Paulo Freire também ressaltam a importância do papel do professor no processo de ensino, onde o educador age como mediador desse processo, ajudando seus alunos a superarem as adversidades e a assimilar o conhecimento de forma mais significativos e acessíveis. Nesse sentido, a formação docente precisa considerar os saberes adquiridos pelos alunos fora da sala de aula e o professor deve atuar como facilitador da aprendizagem, e não como o único que possui conhecimento (Nóvoa, 1992). É necessário que o professor assuma uma postura cautelosa contra todas as práticas de desumanização dentro das relações educativas.

Segundo Freire (1996), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção", ou seja, o professor não deve simplesmente passar informações aos seus alunos, de maneira mecânica, até porque, ele não é o detentor absoluto do conhecimento. Muito pelo contrário, o docente reaprende e adquire novos conhecimentos através do processo de diálogo em sala de aula, corrigir trabalhos e até mesmo no ato de absorver e responder os questionamentos dos discentes e as referências que trazem de suas vivências.

Dessa forma, o professor cria um ambiente propício para incentivar a participação ativa do sujeito na construção de seu processo de aprendizagem, a partir de sua trajetória e realidade. No contexto da educação de jovens, adultos e idosos, esse princípio é fundamental para permitir que o aluno se sinta acolhido e valorizado e os incentivem a continuar a trajetória escolar.

“Por isto é que esta educação, em que educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador “bancário”, supera também a falsa consciência do mundo. O mundo, agora, já não é algo sobre que se fala como falsas palavras, mas o mediatizador dos sujeitos da educação, a incidência da ação transformadora dos homens, de que resulte a sua humanização. Esta é a razão por que a concepção problematizadora da educação não pode servir ao opressor.” (Freire, 1987, p. 105)

Além de sua influência na educação, Freire contribuiu diretamente no desenvolvimento de políticas educacionais com o objetivo de alfabetizar adultos. Durante o governo de João Goulart, foi lançado o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), que tinha como base as metodologias freirianos e foi conduzido pelo próprio Paulo Freire, deixando nítido a eficiência do método dialógico e problematizador. Porém, a campanha foi encerrada logo após o golpe militar de 1964 e Freire foi preso e exilado por causa de suas metodologias educacionais inovadoras que tinha como objetivo a transformação social. Freire foi considerado uma ameaça para o governo daquela época. Entretanto,

“o exílio não impediria que o educador Paulo Freire continuasse a desenvolver no exterior sua proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, utilizando palavras geradoras que, antes de serem analisadas do ponto de vista gráfico e fonético, serviam para sugerir a reflexão sobre o contexto existencial dos jovens e adultos analfabetos, sobre as causas de seus problemas e as vias para sua superação” (DI PIERRO, et al., 2001, p. 60).

Outro elemento fundamental para a EJA é a relação entre alfabetização e cidadania, nesse contexto, Freire (1987) argumenta que a educação deve proporcionar aos alunos uma compreensão crítica da sociedade e reconheçam sua posição nessa para que possam desenvolver autonomia para agir sobre ela. Para o autor, o ensino oferece as ferramentas necessárias para que as pessoas possam exercer sua cidadania.

Em uma sociedade opressora, os indivíduos são coagidos a manterem o silêncio, porém, a partir do momento que o sujeito exerce sua cidadania através da educação, ele ganha voz para expressar suas opiniões e suas reflexões críticas e sua

condição deixa de ser submissa e passa a ser ativa dentro da sociedade. Esse conceito está diretamente ligado a perspectiva de Beauvoir (1970) sobre o envelhecimento das pessoas, no qual critica a forma como os idosos são frequentemente marginalizados, além de reforçar a necessidade de garantir a eles ambientes que incentivem a participação e reconhecê-los como sujeitos ativos na sociedade.

Apesar de ser reconhecido como Patrono da educação, ainda é necessário incorporar os princípios de Paulo Freire de forma efetiva na educação de jovens, adultos e idosos. Para que isso aconteça, é necessário que tanto as políticas educacionais quanto os próprios educadores comecem a valorizar a diversidade de sujeitos e a criar ambientes de inclusão e acolhimento. Para permitir que os estudantes da EJA tenham acesso a um processo de aprendizagem relevante e significativa, é essencial que essa modalidade de ensino se fortaleça como instrumento de transformação.

Portanto, conclui-se que as metodologias de Freire possuem uma grande influência na EJA, sendo referência fundamental para promover um ensino democrático, inclusivo e, principalmente, transformador. Suas ideias de conscientização, aprendizagem e dialogicidade proporcionam ao jovem, adultos e idoso trilhar, através da educação, um caminho para a participação ativa na sociedade e de empoderamento pessoal.

Dessa forma, a abordagem educacional de Paulo Freire rompe com práticas opressivas, garantindo que o conhecimento realmente se torne ferramenta de libertação e transformação social. Consolidar os princípios freirianos na EJA é mais do que uma homenagem ao Patrono da Educação Brasileira, é um compromisso ético com a justiça social, a equidade e a valorização de sujeitos historicamente marginalizados. A educação libertadora deve ser, acima de tudo, uma prática da esperança e da transformação.

## **2.4 O lugar da mulher idosa em tempos de etarismo: como vencer essa barreira?**

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos representa uma oportunidade para os indivíduos que não terminaram o processo de escolarização na idade ideal. Nesse contexto, as mulheres idosas são o foco desta reflexão, considerando suas vivências

e adversidades ao longo da vida. A trajetória de vida da mulher tem sido historicamente marcada por inúmeros desafios, consequência de uma sociedade predominantemente patriarcal, o que frequentemente a colocava em posição de desigualdade.

Atualmente, a mulher idosa ainda enfrenta desafios que reforçam padrões de exclusão e invisibilidade social, limitando suas oportunidades e seu reconhecimento. Em uma sociedade que valoriza a juventude e subestima o envelhecimento e as experiências adquiridas ao longo da vida, o etarismo se manifesta como um fenômeno que reforça o preconceito contra idosos.

O termo “etarismo” foi cunhado pelo médico, psiquiatra, autor americano e o primeiro diretor do Instituto Nacional de Envelhecimento, Robert Neil Butler, em 1969. Ele definiu etarismo, como uma forma de discriminação baseada na idade. Desde então, o termo tem sido amplamente utilizado em estudos acadêmicos e na sociedade para descrever a discriminação e o preconceito contra pessoas idosas. Foi quem primeiro conceituou o vocábulo etarismo, [...] um processo de estereotipação sistemática e discriminação contra pessoas por elas serem velhas, assim como o racismo e o sexismo o fazem por causa da cor da pele e do gênero (Macnicol, 2006)

Palmore (1999, p. 4) também define o etarismo “[...] como qualquer prejuízo ou discriminação contra ou a favor de uma faixa etária. [...] é o tratamento negativo inapropriado de membros daquela faixa etária”, nesse caso, é a discriminação relacionado a pessoas idosas. O etarismo, ao ser associado com as desigualdades de gêneros, intensifica ainda mais a exclusão e a marginalização das mulheres idosas, dessa forma, elas passam a enfrentar dois tipos de preconceitos, sendo eles: por serem mulheres e por estarem envelhecendo. Essa segregação pode ocorrer em diversos ambientes, como nas relações pessoais, mercado de trabalho e até mesmo por meio das mídias digitais.

Em *A Velhice*, Beauvoir (1970) enfatiza que o envelhecimento é visto como um processo de decadência, já que ao longo dos anos, o indivíduo passa por perdas físicas e até mesmo sociais. À medida que mulher vai envelhecendo, acaba por se tornar irrelevante para a sociedade, o que contribui para estimular estereótipos que impactam diretamente sua participação no meio social e até mesmo sua autoestima. A velhice feminina raramente é apresentada de forma positiva, independente do ambiente em que ela está inserida.

As mulheres são as principais vítimas do etarismo, principalmente no contexto de trabalho, uma vez que homens maduros são mais valorizados [...], mulheres executivas se sentem pressionadas a serem “sempre jovens”, elas

experimentam assédio e comentários sexuais no trabalho. Além disso, conhecimento é, muitas vezes, relacionado com homens mais velhos, que não necessariamente sofrem com as desvantagens de envelhecerem e de parecer mais velhos. Além disso, as mulheres são vistas como “velhas” relativamente cedo, às vezes, quando estão em seus 40 anos de idade; elas ainda enfrentam dificuldades em obterem novas posições no mercado de trabalho, assim como encontram barreiras de acesso à formação profissional e crescimento quando estão em seus 50 anos de idade. (Cepellos, 2022, p. 154)

Em seus estudos sobre a feminização do envelhecimento, Moreira (1998) destaca que as mulheres apresentam uma expectativa de vida maior em relação aos homens, porém longevidade não garante a elas uma velhice tranquila. Muitas mulheres enfrentam condições econômicas e sociais precárias nessa fase, consequência de uma vida inteira dedicada ao trabalho doméstico ou informal e pela ausência de independência financeira. Grande parte dessas idosas dependiam exclusivamente do dinheiro de seus maridos, que eram os provedores da família e muitos não permitiam que elas trabalhassem, que seu lugar era dentro de casa. Essa condição é acentuada por Camarano (2004), só apontar que a mulher idosa possui pouco acesso a benefícios previdenciários, na maioria dos casos possuem apenas a aposentadoria ou nem mesmo isso, dessa forma enfrentando maior vulnerabilidade social.

Além do mais, a discriminação relacionada a faixa etária afeta diretamente a percepção externa da mulher idosa e até mesmo sua própria identidade. Nesse contexto, as mídias digitais possuem grande influência na percepção da sociedade sobre o envelhecimento e em como ele é apresentado.

A representatividade de figuras femininas idosas como protagonistas são escassas, enfatizando a invisibilidade e a exclusão desses indivíduos.

Por causa do etarismo e das desigualdades de gênero, as mulheres idosas acabam sofrendo com a pressão para se adequarem ao padrão de juventude imposto pela sociedade e isso acaba gerando nelas insegurança e limita sua participação no meio social. Com isso, mulheres mais jovens recebem maior visibilidade e oportunidades, enquanto as idosas continuam sendo invisibilizadas pelas pressões sociais e estéticas. Já as idosas são constantemente excluídas e discriminadas.

As imagens veiculadas de forma massiva pela mídia são porta vozes de símbolos considerados belos que visam impor às mulheres a obrigação de seguir suas estipulações. Este processo internaliza os conceitos de beleza no patrimônio identitário das mulheres, de forma inconsciente e imperceptível (SARTORI E SCHNORRENBURGER, 2019, p. 39).

De acordo com Sales (2021), a cultura sexista está sempre impondo desvantagens às mulheres, desde a primeira infância até a velhice. Ainda segundo a autora, em uma sociedade dominada por homens, as mulheres são frequentemente cobradas para se encaixarem em padrões rígidos de beleza, mostrar competências acima da média, manter comportamentos “adequados” e lidar com os problemas da vida com resiliência silenciosa. Para desafiar esses padrões, que estão profundamente enraizados na estrutura social, é necessário que haja mudanças culturais significativas, é preciso romper essas narrativas discriminatórias a partir de esforço coletivos para reconhecer e valorizar as experiências e as contribuições que esses indivíduos podem trazer para a sociedade.

Já no âmbito educacional, o etarismo se manifesta a partir do momento em que não há incentivo para que essas mulheres idosas retornem à sala de aula. A exclusão desses indivíduos é reforçada pela ideia de adquirir novos aprendizados diminui com o passar do tempo, porém, estudar contribui para prevenir o declínio cognitivo. A capacidade cognitiva é preservada por mais tempo, pois participar de atividades educacionais estimula funções mentais como memória, atenção, raciocínio lógico e a linguagem oral.

Beauvoir (1970) argumenta que o envelhecimento não é visto de maneira positiva, e que essa categoria é constantemente marginalizada socialmente, e que para mulheres é ainda pior, já que sofrem com o duplo preconceito: por gênero e idade. Essa discriminação influencia diretamente na evasão escolar das idosas. Além do mais, o etarismo também se manifesta na forma como as instituições de ensino estão organizadas, na maioria das vezes as metodologias de ensino são construídas para pessoas mais jovens, e assim, desconsiderando a experiência, a realidade e o ritmo de aprendizagem da mulher idosa. Dessa forma, enfatizando a ideia de que a educação é um privilégio da juventude.

O etarismo influencia no isolamento e invisibilidade dessas mulheres idosas, tanto na sociedade quanto dentro da sala de aula, o que dificulta o seu acesso e permanência a sala de aula, minando seu protagonismo nesses espaços. Ele é um obstáculo externo e uma força que tenta silenciar a voz e limitar o direito de continuar o processo de aprendizagem da mulher idosa. Como foi ressaltado diversas vezes ao longo do estudo, Freire (1996) acreditava que a sociedade só se tornaria mais justa quando a educação deixasse de ser um privilégio restrito para os mais jovens e passasse ser reconhecida como um direito universal, acessível a todas as pessoas

ao longo da vida, principalmente aos idosos, que merecem serem tratados com respeito e dignidade.

Para superar esses preconceitos e os obstáculos que trazem consigo, é necessário que as políticas educacionais comecem a levar em consideração a realidade da mulher idosa e promovam a valorização de suas experiências de vida. E a partir das metodologias de Paulo Freire, esses indivíduos podem tomar consciência de que seus conhecimentos adquiridos ao longo de suas trajetórias de vida, podem contribuir para o ambiente educacional e tornar a aprendizagem significativa e enriquecedora. Freire (2001) argumenta que, para pessoas em qualquer fase da vida e até mesmo idosos, a educação possibilita consolidar a cidadania e ampliar as oportunidades de transformação social. “A educação é um ato de intervenção no mundo, e deve estar voltada para a conscientização e para a transformação das condições de vida dos educandos” (Freire, 2001, p. 57).

É necessário ressignificar o lugar da mulher idosa na sociedade, na sala de aula e no ambiente profissional, para que dessa forma consiga superar os obstáculos que foram impostos pelo etarismo. Para vencer o etarismo, é importante que haja um esforço coletivo que envolva as políticas públicas, mudança cultural e ações individuais. Além disso, é importante ressaltar a necessidade de incentivar sua participação em espaços de lideranças, dessa forma poder ser reconhecida como sujeito ativo na sociedade. Um outro aliado do combate aos preconceitos de gênero e de idade é a educação e a conscientização, promovendo debates e campanhas sobre a valorização do envelhecimento feminino. Dessa forma, as concepções ultrapassadas sobre velhice serão redefinidas e a identidade das mulheres maduras serão fortalecidas.

Por fim, Krekula et al. (2018) argumentam que a idade é uma construção social, ou seja, moldada por normas culturais, e mudar essa percepção requer ações concretas que promovam a inclusão e o reconhecimento da mulher idosa. Nesse contexto, é fundamental disseminar o envelhecimento feminino como um processo natural e diverso, e que seu acúmulo de saberes é algo que deve ser respeitado e celebrado. As experiências que foram adquiridas ao longo da vida são valiosas e podem contribuir significativamente em diversos setores da sociedade. Romper com o etarismo e a desigualdade de gênero na educação e no meio social exige mais do que políticas públicas, exige uma transformação cultural profunda. E por meio da

educação libertadora proposta por Paulo Freire, mulheres idosas podem reencontrar seu lugar na sociedade como cidadãs ativas, vivendo com sabedoria e dignidade.

### 3 METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho será realizado, em um primeiro momento, um estudo bibliográfico com foco em artigos e monografias sobre a temática escolhida. De acordo com Gil (2017), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado”, ou seja, são dados coletados de livros, artigos e anais periódicos, etc. Ela permite ao pesquisador um amplo acesso e aprofundamento em conhecimentos que já foram registrados por outros autores ao longo dos anos, sendo então o ponto de partida para a elaboração desta pesquisa. É uma pesquisa básica, de cunho qualitativo.

Para aprofundamento no tema, foi realizado um estudo de campo na cidade de São Raimundo Nonato, Piauí, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), oferecido pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI). A população-alvo foi composta por mulheres com 60 anos ou mais matriculadas no programa, porém, apenas uma única estudante se encaixou no perfil dessa pesquisa. Fonseca afirma que esse tipo de pesquisa:

[...] possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios, para uma intervenção real. (Fonseca, 2002)

Para a coleta dos dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a participante que atendia aos critérios que foram estabelecidos. Essa entrevista foi elaborada para identificar as motivações pessoais, os obstáculos enfrentados e as expectativas relacionadas ao retorno à educação formal. A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo, com a categorização e interpretação dos relatos da participante, utilizando as referências teóricas de autores como Paulo Freire, Morin, Kenski etc. Este procedimento permitiu relacionar as experiências individuais com os conceitos de educação ao longo da vida, da autonomia, da resiliência e inclusão social.

Além disso, foi utilizada o estudo exploratório, onde Gil (2008, p. 41) afirma que “esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. Por fim, é necessário enfatizar que, apesar do número reduzido de participantes, a pesquisa oferece contribuições importantes para o entendimento do impacto da educação em mulheres idosas, destacando a necessidade de metodologias pedagógicas adaptadas e políticas públicas que promovam a inclusão e valorização dessas pessoas.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao longo das décadas a população passou por um processo de envelhecimento, a expectativa de vida aumentou e novas demandas surgiram. Com o avanço do desenvolvimento científico-tecnológico, é necessário repensar o papel da pessoa idosa na sociedade e sua inclusão no meio social. A partir disso, a educação foi consolidada como um direito essencial para todas as idades, o que inclui as pessoas que historicamente passaram por exclusões, como é o caso da mulher idosa. Durante toda a trajetória desse estudo, alguns fatores se tornaram mais evidentes no que se refere a motivações desses indivíduos para retornar à sala de aula. Um dos principais motivos é frequentemente associado a busca da ressignificação pessoal, de sua autonomia e pertencimento social.

No decorrer da pesquisa, foi realizado um estudo de campo, onde seriam entrevistadas mulheres com 60 anos ou mais, porém apenas uma discente se encaixou no perfil desta pesquisa. Durante o diálogo, a idosa, estudante do PROEJA no IFPI, localizado na cidade de São Raimundo Nonato – PI, enfatizou justamente essa questão de autonomia e participação na sociedade quando foi questionada sobre seus motivos para voltar a estudar:

“Pra” ter algum conhecimento, sem conhecer nada, ficar só dentro de casa, ficar deitada, aí foi isso que me fez voltar, ter os conhecimentos das coisas “pra tar” no meio da sociedade, saber sair e entrar, né.

Paulo Freire (1996) enfatizou, ao longo de sua vida, a educação como um método de libertação, promovendo a autonomia e a construção de uma identidade social. O aprendizado é uma ferramenta essencial que pode transformar a realidade, moldá-la de acordo com a necessidade e vontade de um indivíduo, já que ela não é

imutável, dessa forma, ser alfabetizado é dar sentido a sua vida, é aprender a escrevê-la, sendo protagonista de sua própria história. A alfabetização é um processo de conscientização e de libertação, ela permite que os indivíduos compreendam criticamente sua situação e a partir disso transforme seu mundo, proporcionando voz própria e meios de expressar ideias de maneiras autônoma e consciente (Freire, 1968).

Ainda segundo o autor, “a educação é uma forma de intervenção no mundo [...]”. Além do mais, a ânsia por adquirir conhecimento reflete o conceito de aprendizagem ao longo da vida discutido por Morin (2004). O autor enfatiza que a educação é um processo contínuo, onde o aprendizado não se limita a infância e a juventude, mas acompanha o indivíduo por toda a sua vida.

Durante a entrevista ficou evidente que a história de vida da idosa foi marcada por desafios, mas principalmente pela resiliência frente as dificuldades que o contexto social e familiar trouxera. Ao longo de sua trajetória, a educação sempre ficou em segundo plano, em diversas ocasiões sua escolarização foi interrompida por causa das responsabilidades familiares, principalmente para cuidar dos filhos, comprovando o que tanto foi citado ao longo desta pesquisa, a sobrecarga das mulheres no âmbito doméstico. Por muito tempo, sofreram com as responsabilidades, que tiraram delas o direito básico de estudar e seu envelhecimento frequentemente as colocava em situação de marginalização.

A mulher idosa, que não conseguiu estudar ou terminar os estudos durante sua juventude, sofre com a marginalização e a invisibilidade, reflexo das profundas desigualdades estruturais que reflete uma sociedade patriarcal. Por muito tempo, as mulheres foram colocadas em uma posição inferior ao homem. Borges (1980) enfatiza justamente essa questão ao afirmar que a mulher ainda enfrenta profundas desigualdades em relação ao homem, sua condição é de clara inferioridade, que está enraizado na estrutura social e as submetem a comportamentos rígidos, limitando suas oportunidades e participação ativa na sociedade, cenário dominado por homens.

O diálogo também destacou a dura realidade da necessidade de conciliar os estudos com trabalho informal. A senhora que participou da entrevista afirmou que:

Sempre fui criada assim, junto com a minha mãe, fazendo bolo, vendendo, cafezinho na... na cidade. Era essa... a venda, de doce, de bolo, de salgados, vendendo na rua. Aí a gente acordava quatro horas da manhã, se deslocava daqui lá “pra” cidade.

Esse relato demonstra que sua ocupação sempre esteve ligada ao comércio informal e a ausência de oportunidades de trabalho formal para mulheres em sua condição. A infância não foi uma época fácil para essas idosas, a necessidade de auxiliar suas famílias, tanto nas tarefas domésticas quanto em serviços informais, dificultavam seu acesso à educação, deixando claro que não existiam políticas públicas eficazes que ofereciam suporte para que pudessem estudar. No decorrer de seus estudos, Viera (2017) aponta diversas razões que contribuem o afastamento da escolarização, sendo um dos principais a discriminação na sociedade que persiste até os dias atuais. A autora aponta possíveis razões que induziram a evasão escolar desses indivíduos: A opressão familiar ao ter a concepção tão limitada de que não é necessário a mulher estudar; ingresso precoce no mercado de trabalho, casamento e filhos.

Ao retornar à escola, as idosas trazem consigo a experiência, conhecimentos adquiridos ao longo da vida, e uma história de luta e sobrevivência. A partir disso, Bastos e Eiterer (2021, p. 451) afirmam que as idosas da EJA “[...] são mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos. A cada realidade corresponde um tipo de aluna e não poderia ser de outra forma.” Com base nisso, Freire (1996) enfatiza em seus estudos que as identidades, as individualidades e as vivências socioculturais são fundamentais para a prática educativa. Nesse sentido, o educador não pode desconsiderar os conhecimentos que foram gerados a partir das experiências de suas alunas. Corroborando com os autores anteriores, Kenski (2012) argumenta que a educação precisa ser adaptada de acordo com a realidade dos alunos, permitindo que eles aprendam conteúdos que poderão ser aplicados em suas rotinas.

A dona Maria (nome fictício), durante a conversa, comentou sobre os desafios para permanecer em sala de aula. Ela relatou a cerca de suas dificuldades de memorização devido a uma lesão em sua cabeça, por causa disso ela demonstra preocupação com sua capacidade de aprender:

É porque minha mente, minha mente não grava mais as coisas, porque eu levei uma pancada na cabeça, aí fiz o tratamento lá em Teresina e o “dotor” falou “não vai estudar, se você não vai aprender nem gravar nada”, falei “ou dotor, aí eu fico com triste”. “Mermo” sem gravar eu “to” aqui, aí vou “oiando” por cima, mas “pra” mim “isplicar” as coisas, eu tenho dificuldade.

Além do receio com a aprendizagem, ela expressa sua tristeza por ouvir o médico afirmar que não poderia mais estudar porque sua capacidade memorizar foi

comprometida. Dona Maria precisou lidar não somente com a dor que essa limitação impôs, mas também com a descrença daquele que duvidou de seu potencial. Porém, mesmo com o obstáculo, ela se recusou a aceitar que o aprendizado se resumia apenas na repetição mecânica de informações e persistiu na EJA, desafiando suas próprias dificuldades e aqueles que duvidaram de sua capacidade e o preconceito silencioso que tentou limitar sua ânsia por novos conhecimentos.

Em diversos estudos, Freire argumenta que a realidade não deve ser aceita de forma passiva, ela não é imutável. A condição humana pode ser transformada a partir de uma ação concreta do sujeito na história, e ainda segundo suas reflexões, mundo está em constante transformação e é necessário que as pessoas tomem consciência disso. A realidade não se altera sozinha.

No que se refere as dificuldades que dona Maria enfrenta por causa de sua lesão, Kenski (2012) discute a importância de considerar as individualidades neurocognitivas na aprendizagem de adultos, e nesse caso, em especial de idosas. A entrevista expõe a necessidade de adaptação dos processos metodológicos para que as mulheres idosas desenvolvam a autonomia em seus estudos. As estratégias pedagógicas para a EJA precisam considerar as limitações físicas, resultados da idade avançada, e problemas de saúde. Além disso, o processo de ensino-aprendizagem precisa refletir sobre as diversidades de sujeitos em sala de aula e proporcionar um ambiente em que as metodologias de ensino respeitem o ritmo e a capacidade individual (Nóvoa, 1992).

Outro trecho relevante da entrevista ocorre quando dona Maria é questionada se possui sonhos ou objetivos que deseja alcançar por meio da educação, após uma breve reflexão, responde:

Ah assim, só de, de... de ter os conhecimentos, que eu não vou... como diz a história eu posso chegar maiorzinho um pouco, mas não vou mais "pra" lá, aí vou ficar com o conhecimento, com a lembrança do colégio que "tá" feito, dos professores que me ajudaram até onde eu puder alcançar. Aí onde eu puder alcançar eu "tô" indo, quando eu não puder alcançar, se por motivo de alguma doença, mas enquanto eu tiver saúde, essa força, quero "tá" caminhando.

O relato da entrevistada reflete a concepção de educação defendida por Paulo Freire, onde ele argumenta que o aprendizado deve ser um ato libertador e contínuo. O autor enfatiza que a aprendizagem deve ser um processo dinâmico e dialógico, onde o educando participa ativamente na construção de seu conhecimento com base em sua realidade e experiências. A capacidade do ser humano de aprender vai além

de qualquer faixa etária, o indivíduo é um aprendiz da própria vida até chegar ao fim dela.

O mundo está em constante transformação, então sempre haverá novos saberes a serem adquiridos e na medida que um indivíduo vai envelhecendo, suas próprias experiências são conexões para que algo novo seja obtido. Arroyo (2011) argumenta que a educação de jovens, adultos e idosos deve estar relacionada com a valorização das habilidades que foram adquiridas ao longo da vida, dessa forma promovendo o reconhecimento dos saberes informais e associando a experiência prática com o conhecimento formal.

Além disso, o desenvolvimento cognitivo ocorre ao longo de toda a vida, não apenas na juventude, e para que isso aconteça é necessário que haja estímulos adequados e que o ambiente no qual o sujeito está inserido favoreça a construção do conhecimento (Piaget, 1977). Dona Maria e tantas outras mulheres em sua situação desafiam concepções ultrapassadas sobre o envelhecimento ao retornar à escola, demonstrando resistência diante de uma sociedade opressora e preconceituosa, que acredita que pessoas idosas são inúteis no meio social.

Mesmo diante de tantos obstáculos, ela persistiu naquilo que acreditava e não aceitou sua condição de “incapacidade” para aprender. Sua insistência em busca de novos conhecimentos ressalta a importância de adaptar as metodologias de ensino, tornando-as inclusivas e que se adaptem as necessidades individuais. Vygotsky (1978) defende que o desenvolvimento intelectual e a aprendizagem ocorrem por meio da interação social e das experiências compartilhadas, enfatizando a relevância da realidade de cada indivíduo no processo de ensino.

Ao longo da entrevista, é evidente que o processo de aprendizagem da mulher idosa na EJAI não deve ser visto apenas como uma alfabetização tardia, mas como um instrumento de inclusão social e fortalecimento da cidadania. Sendo assim:

A educação de idosos vai além da aprendizagem de habilidades básicas; ela é um caminho para que o idoso se reconecte com a sociedade e com sua própria identidade, permitindo-lhe não só aprender a ler e escrever, mas também resgatar um papel ativo no mundo moderno. (Paulo, 2006, p. 102)

Ao participar do processo de educação, a mulher idosa é capaz de aprender novas habilidades, reforçando sua identidade. Dessa forma, consegue resgatar suas experiências e seu intelectual permanece ativo por mais tempo, contribuindo, assim, para sua autoestima.

A trajetória de vida de dona Maria reflete o fato de que a educação está diretamente ligada a fatores socioeconômicos e culturais, o que é deixado explícito ao relatar sobre seu trabalho informal e suas responsabilidades com os filhos, o que dificultava seu acesso integral ao ambiente escolar. Segundo Freire (1996, p. 103), para que a sociedade se torne mais justa e inclusiva é necessário assegurar que tanto a educação quanto a formação continuada sejam direitos acessíveis para todas as idades, incluindo pessoas idosas, em especial a mulher. Garantir acesso ao processo de educação ao longo da vida, é promover a dignidade, respeito e autonomia da mulher idosa.

Já Soares (2010, p. 89) afirma que “A educação de jovens e adultos não deve apenas promover a aprendizagem do código escrito, mas deve ser capaz de formar cidadãos críticos, capazes de analisar e transformar a sociedade”. A educação deve estimular o pensamento crítico, reflexivo e a consciência social, dessa forma o sujeito terá a capacidade necessária para compreender e questionar as estruturas ao seu redor. Paulo Freire acreditava que:

A prática educativa deve ser pautada pela liberdade, pela autonomia do educando e pela valorização de sua experiência. No processo de alfabetização, a leitura é um instrumento de ampliação da consciência crítica e do reconhecimento da capacidade transformadora do sujeito. (Freire, 1996, p. 103)

Outro aspecto relevante da entrevista é a permanência na escola e a motivação de dona Maria para aprender, expressando com clareza seu desejo de buscar novos conhecimentos, de continuar estudando mesmo diante de diversas dificuldades e limitações. Essas questões demonstram sua forte resiliência frente aos desafios impostos pela idade, pela sua história de vida e pela própria sociedade. Esse contexto corrobora as reflexões de Beauvoir (1970) acerca da melhor idade, ela critica a concepção tradicional da velhice como uma época de estagnação e isolamento social.

O envelhecimento não deve ser compreendido como um processo de perda ou estagnação, mas deve ser visto como uma fase de possibilidades, transformação e até mesmo de crescimento pessoal. É fundamental entender que:

O envelhecimento é um fenômeno natural, complexo, pluridimensional, revestido por perdas e aquisições individuais e coletivas. A velhice, última etapa desse processo, não é uma cisão em relação à vida precedente, mas uma continuação da juventude, da maturidade que podem ter sido vividas de diversas maneiras. (BOBBIO, 1996, p. 25)

Por fim, a partir da entrevista, é indiscutível que a EJA evidencia que a educação não é apenas uma ferramenta de ensino-aprendizagem, mas é também um método de inclusão social e ressignificação pessoal. Freire (1996) defende que o ensino deve ser libertador, permitindo que os sujeitos compreendam sua realidade e atuem de forma consciente na sociedade. O desejo da entrevistada de adquirir novos conhecimentos para se sentir parte da sociedade reforça essa perspectiva, mostrando que a educação pode romper com estigmas do envelhecimento e fortalecer a autonomia dos indivíduos. Assim, conclui-se que a educação de jovens, adultos e idosos deve ser estruturada de forma que acolha as especificidades dessas mulheres idosas, garantindo-lhes um espaço de aprendizado, valorização e empoderamento social.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos representa mais do que uma oportunidade de recomeçar os estudos, ela é uma ferramenta que pode resgatar a cidadania, a autoestima e a dignidade dos sujeitos historicamente marginalizados. Ao longo desse trabalho foi possível entender que a trajetória de ensino de muitos adultos e idosos, principalmente mulheres, está profundamente marcada por exclusões, preconceitos e silenciamentos que precisam ser urgentemente enfrentados no campo educacional e social.

O modelo tradicional de ensino, chamada de educação bancária por Paulo Freire, onde os alunos “aprendem” a partir da memorização de conteúdos e são receptores passivos de conhecimento, se mostrou inútil para os sujeitos da EJA. É nesse contexto que as contribuições de Freire foram fundamentais para refletir sobre metodologias de ensino transformadoras, dialógica e libertadora. Sendo assim, o autor propõe uma educação baseada no respeito às experiências de vidas dos discentes, no reconhecimento de sua realidade e na construção coletiva do conhecimento. Quando esses princípios são aplicados no contexto EJA, é possível criar um ambiente acolher e seguros, onde o aluno é estimulado a tomar consciência de si mesmo e de sua realidade, e assim, poderá reconhecer a si como protagonista do próprio processo de aprendizagem.

A presença da mulher idosa na EJA traz à tona debates urgentes sobre desigualdade de gênero, envelhecimento e o etarismo. Nesse sentido, a mulher idosa sofre com a dupla exclusão: por ser mulher e por estar envelhecendo. Na maioria dos casos, elas precisam sobreviver com poucos recursos, já que dedicaram suas vidas ao trabalho doméstico ou informal, e dessa forma acabam sendo marginalizadas em diversos espaços sociais, inclusive no âmbito educacional. Além disso, precisam lidar com a pressão da sociedade, que impõe padrões estéticos e comportamentais que desvalorizam o processo de envelhecimento e isso afeta suas autoestimas e as limitam na participação ativa no meio social.

Nesse contexto, a educação deve atuar como agente de transformação e ressignificação, pois o processo de envelhecer não deve ser visto como uma redução das capacidades cognitivas. O envelhecimento traz consigo uma riqueza de experiências que pode e deve ser valorizado na sala de aula e na sociedade. A idosa na EJA não é exceção, ela possui um direito assegurado por lei e é uma oportunidade para fortalecer sua identidade e liberdade.

Freire (1996; 2001) e autoras como Beauvoir (1970) e Kenski (2012), argumentam que a educação deve ser um espaço de libertação, independentemente de gênero ou idade, para que desenvolvam o pensamento crítico e a partir disso compreender sua realidade e posição no mundo com a finalidade de transformá-lo. Dessa forma, combater o etarismo e a desigualdade de gênero nas instituições educacionais e na própria sociedade é uma condição essencial para garantir a permanência e o protagonismo da mulher idosa na EJA.

A construção de uma escola realmente inclusiva exige políticas públicas comprometidas com a equidade, que promova a formação continuada dos professores, a revisão dos currículos e que desenvolva metodologias que dialoguem com a realidade dos alunos. É necessário que as práticas pedagógicas sejam baseadas na valorização da experiência de vida das mulheres idosas, reconhecendo que o saber não é privilégio da juventude, mas um direito ao longo de toda a existência.

Portanto, conclui-se que a EJA, quando orientada pelos princípios freirianos e comprometida com a justiça social, pode se consolidar como um espaço de resistência, reconstrução de identidades e empoderamento. A educação da mulher idosa deve ser reconhecida como parte essencial de um projeto de sociedade mais humana, igualitária e consciente de sua diversidade. Garantir que essas mulheres

tenham voz e vez na sala de aula e na sociedade é um ato de reparação histórica, e um passo concreto para uma educação verdadeiramente transformadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz Alves. **Inserção social e exclusão política das mulheres brasileiras**. 2009.

ALVES, Y. C. **Trajetória de vida de mulheres da EJA: o papel da escola no empoderamento feminino**. 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/199212>

ARROYO, M. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direito e responsabilidade pública**. In: SOARES, Leônicio José Gomes; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. 4. ed. São Paulo: Autêntica, 2011.

ANTUNES, Maria Conceição., & Almeida, Nádia. (2019). **Envelhecer com sucesso: contributos da educação**. Revista Kairós-Gerontologia, 22(1), 81-107. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PUC-SP. Recuperado em 30 julho, 2019, de: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901X.2019v22i1p81-107>.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Política de educação no campo para além da alfabetização (1952-1963)**. [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 149 p. ISBN 978-85-7983- 130-0. Available from SCIELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 03 junho 2014.

BASTOS, Ludimila; EITERER, Carmem. **Educação de jovens e adultos e interseccionalidade: mulheres negras e idosas, trabalhadoras e estudantes**. Diversidade e Educação, v. 9, n. 2, p. 443-465, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/download/13510/9305/46261>

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**; tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BOBBIO, Norberto. De Senectute. Brasília: Editora UnB, 1996.

BORGES, Wanda Rosa. **Profissionalização feminina: uma experiência no ensino público**. São Paulo: Loyola, 1980.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. **Coleção de Leis do Brasil**, Brasília.

BRASIL. Parecer CNE/CEB/11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. 2000. Disponível em: Acesso em: 2 fev. 2016.

CAMARANO, A. A. (orgs). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro, IPEA 2004.

CUNHA, L.A; GOÉ, M. de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Cad. CEDES [online]. 2001, vol.21, n.55, p.58-77. Disponível em: Acesso em: 17 de junho de 2020.

DI PIERRO, Maria Clara. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 81. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GADOTTI, M. **Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação**. In: Congresso Internacional, Évora. Um olhar sobre Paulo Freire: trabalhos apresentados. Évora, PT: Universidade de Évora, 2000.

HENRIQUES, Ricardo. **Alfabetização e Inclusão Social: contexto e desafios do Programa Brasil Alfabetizado**. In: HENRIQUES, Ricardo; BARROS, Ricardo Paes de; AZEVEDO, João Pedro (orgs.). **Brasil Alfabetizado: caminhos da avaliação**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 13- 58. (Coleção Educação para Todos, Série Avaliação; n. 1, v. 18).

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Editora Papirus, 2012.

Krekula, C.; Nikander, P.; Wilińska, M. **Multiple marginalizations based on age: Gendered ageism and beyond**. In L. Ayalon, & C. Tesch-Römer, *Contemporary perspectives on ageism (International Perspectives on Aging, Vol 19)*. 33-50. Ed.1, 2018.

LIRA, Daniela Almeida; BARBOSA, Maria Valéria. **Feminismo Negro, educação e interseccionalidade: as mulheres negras na Educação de Jovens e Adultos/as**. Revista Cocar, v. 15, n. 33, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4653>

MACNICOL, J. **Age discrimination: an historical and contemporary analysis**. Cambridge University Press, New York, 2006.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 9.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004.

MOURA, Vera Lucia Pereira da Silva; SERRA, Maria Luiza. **Educação de Jovens e Adultos: as contribuições de Paulo Freire**. 2014.

MOREIRA, Morvan de Mello. **Envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência**. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 79–93, 1998.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, António. Os professores e sua formação. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. São Paulo: Mercado de Letras. p. 224, 2001.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, v. 1. (Temas Brasileiros, 2), 1973

\_\_\_\_\_. **História da educação popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. São Paulo: LOYOLA, 2015.

PALMORE, E. **Ageism is negative and positive**. 2. ed. New York: Springer Publishing Company, 1999.

PAULO, L. A. (2006). **Literacia e Envelhecimento: Práticas Educativas para a Pessoa Idosa**. São Paulo: Papirus.

PIAGET, Jean. **O desenvolvimento do pensamento: equilibração das estruturas cognitivas**. Lisboa: Dom Quixote, 1977.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord.). **Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, p. 239, 1997.

SALES, Julia Santana. **A feminização da velhice e o etarismo**. In: TERRA, Bibiana. DIALOGOS DE GÊNERO: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS. Cruz Alta: Ilustração, p. 249-262, 2021.

SARTORI, Alana Taíse Castro; SCHNORRENBURGER, Neusa. **O processo de dominação dos corpos das mulheres através do " mito da beleza" de Naomi Wolf.** In: Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, p. 24-44, 2020.

SANTOS, Paulo Henrique. **Políticas de alfabetização e o impacto do Programa Brasil Alfabetizado.** Recife: UFPE, 2014.

SOARES, J. L. **Educação de jovens e adultos: desafios e práticas pedagógicas.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SOARES, L. **Educação de Jovens e Adultos: Diretrizes Curriculares Nacionais.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento:** o que são? Por quê? Como se ensina?. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

STINE-MORROW, E. A., & MORROW, D. G. (2003). **Adult Development and Learning:** Reading in Later Life. *Psychology and Aging*, 18(4), 732-744.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. **Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado.** *Revista de Ciência e Saúde Coletiva*. p. 1929-1936. 23/06 Jun/2018.

VIEIRA, M. C.; CRUZ, K. N. **A produção sobre a educação da mulher na educação de jovens e adultos.** *Educação*, 42(1), 45–56, 2017.  
<https://doi.org/10.5902/1984644420116>

Vygotsky, LS (1978). **Mente em sociedade: O desenvolvimento de processos psicológicos superiores.** Cambridge, MA: Harvard University Press.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi Corrêa. **A Educação de Jovens e Adultos promovida pelo MOBIL e a Fundação Educar no Espírito Santo, de 1970 a 1990: uma análise dos caminhos percorridos entre o legal e o real.** Vitória, 2000.